



ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS ARTES VISUAIS



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidência
Geraldo Alckmin

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo do Ministério da Cultura
Márcio Tavares dos Santos

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE)

Presidenta
Maria Marighella

Diretor-executivo
Leonardo Lessa

Chefia de Gabinete
Patricia Campolina

Diretora do Centro de Artes Visuais
Sandra Benites

Diretor do Centro de Circo
Marcos Teixeira

Diretor do Centro de Dança
Rui Moreira

Diretora do Centro de Música
Eulícia Esteves

Diretora do Centro de Teatro
Aline Vila Real

Diretor de Memória, Pesquisa
e Produção de Conteúdos
Glauber Coradesqui

Coordenadora Geral
de Comunicação
Paula Berbert

Coordenadora Geral de Difusão
Carila Spengler Matzenbacher

Coordenadora Geral de Fomento
Luisa Hardman

Coordenador Geral de Orçamento
e Administração
Filipe Pereira de Aguiar Barros

Coordenador Geral de Patrimônio
e Tecnologia
Paulo Henrique da Costa Barros

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50 ANOS

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

A decorative pattern of overlapping diamonds in a lighter shade of red, arranged in a staggered grid, occupies the top third of the page.

RELATÓRIO CONSOLIDADO

REALIZAÇÃO

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO
E FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES

5 E 6 DE DEZEMBRO DE 2025

Pavilhão Ciccillo Matarazzo – Parque do Ibirapuera S/N –
São Paulo/SP

GRUPOS DE TRABALHO

GT1 • Criação Contemporânea e Diversidade de Linguagens e Suportes

GT2 • Arte Ancestral, Diáspora Africana e Contemporaneidade: Território e Circulação Global

GT3 • Os Lugares da Arte Pública

GT4 • Memória, Estratégias de Preservação e Difusão GT5 – Profissionalização e Mercado: A Profissão Artística GT6 – Práticas Sustentáveis: da Criação à Circulação

GT5 • Profissionalização e Mercado: A Profissão Artística

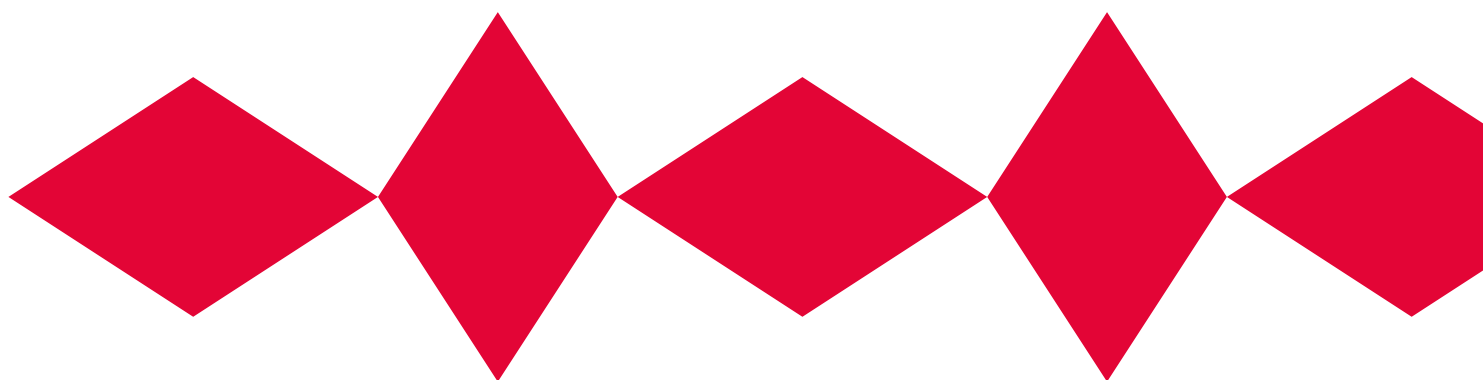
GT6 • Práticas Sustentáveis: da Criação à Circulação

O presente documento é uma consolidação da livre produção dos grupos de trabalho temáticos que desenvolveram debates ao longo do segundo dia de realização do encontro. Os debates foram registrados por relatores eleitos por cada um dos grupos no início dos trabalhos, utilizando como ferramenta um formulário padrão proposto como método de registro.

O método foi apropriado por cada grupo, sendo realizadas adaptações para melhor condução das dinâmicas instituídas por cada GT, existindo, assim, variações no formato final dos registros que compõem este relatório.

GT1

**CRIAÇÃO
CONTEMPORÂNEA
E DIVERSIDADE
DE LINGUAGENS E
SUPORTES**



MEDIADORA Carmen Negrão • **RELATORA** Ana V. Lopes
Nº APROXIMADO DE PARTICIPANTES 11

PARTE 1

REGISTRO DO DEBATE

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

TRANSDISCIPLINARIDADES ARTÍSTICAS E SUPORTES EXPANDIDOS E PRÁTICAS DE CATEGORIZAÇÃO NAS ARTES VISUAIS

Pensando o trabalho do artista, produções em áreas diversas, dialogamos acerca da eliminação de categorização nas práticas artísticas e suas formas de fronteirizar criações dentro de sistemas seletivos, no exemplo de editais. Pensamos acerca dos suportes expandidos e práticas de categorização nas artes visuais, diante da produção do artista que relaciona diferentes eixos, podendo ser ou não acerca do campo das materialidades e/ou conceituais.

Desejamos, assim, o reconhecimento de perspectivas que superem o encaixe categorizador em esferas únicas. Contemplando, assim, suportes diversos, no intuito de viabilizar artistas que estão propondo a partir das transdisciplinariedades. A sugestão é que, em seleções, haja um espaço para uma classificação sem categorização, onde o artista possa explicar como relaciona sua produção.

Portanto, entendemos que a transdisciplinaridade na produção artística e cultural, não devem se restringir à categorização, e sim

reconhecemos a utilidade pública e política dos nomes, de modo a impulsionar o campo transversal.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – PRESENÇA NAS ARTES VISUAIS

Discutimos o uso ético da Inteligência artificial na produção artística e também como ferramenta para sistematização de conteúdo, diante de inscrições. Portanto, assumir a realidade atual do uso dessa inteligência e compreender a importância de o proponente de projetos assumir, nas suas inscrições, a utilização da IA, na concepção, na poética, no suporte. Entendemos, assim, os usos da IA a partir de dois pontos: Produção de artes visuais e ferramenta de criação.

De modo que lidamos com novas perspectivas acerca da proteção aos direitos de autor, inventividade, ações do direito do indivíduo. Analisamos o artigo 63 da Lei PL 2338 de 2023, que discute a mineração de dados. Pesquisamos que IA, atualmente, não pode ser reconhecida enquanto coautora na legislação. E, a partir disso, discutimos o uso ético, a ferramenta enquanto suporte e meio de elaboração, e os direitos dos artistas na lei geral.

DISCUSSÕES SOBRE ACESSIBILIDADE

Como pensar os recursos destinados a acessibilidades em projetos artísticos e culturais nas instituições públicas e privadas. Pensamos acerca das estruturas arquitetônicas e o acesso, a garantia de fruição de pessoas com deficiência em programações

PARTE 2

ENCAMINHAMENTOS POR EIXO DA POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES

ACESSO

- ⊛ **A PNA ter linhas de fomentos:** (1) adaptações arquitetônicas, investimento em recursos de comunicação acessíveis de espaços públicos e privados; (2) ampliar a qualificação de equipe em espaços culturais acerca da especialização em acessibilidade, visando aprimorar os agentes de instituições públicas e privadas; (3) deliberar fundos para facilitação de fruições, visando mobilização de público de pessoas com deficiência e neuro diversas nos projetos públicos e privados.

CRIAÇÃO

- ⊛ **Linha de Fomento** – Visando a aquisição de equipamentos e tecnologias, pautando aprimoração de estruturas, em instituições públicas e privadas.

PESQUISA

- ⊛ **Reflexão:** Importância das práticas artísticas e culturais para o desenvolvimento de diferentes campos de conhecimento e políticas públicas, fomentando colaborações interdisciplinares entre áreas como: saúde, tecnologia, educação, administração, meio ambiente, entre outros.
- ⊛ **Linha de fomento** – (1) políticas de bolsas para agentes culturais em artes visuais no desenvolvimento de pesquisa crítica e artística, contemplando a transversalidade aos diversos campos de conhecimento; (2) desenvolver indicadores e metodologias que contemplem as dimensões de pesquisa das práticas artísticas, visando políticas culturais centradas não exclusivamente em produtos ou eventos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- ⊛ **Desenvolver linha de fomento** de continuidade para projetos de formação artística e cultural em instituições públicas e privadas.
- ⊛ **Instituir parâmetros que garantam a diversificação e distribuição** dos recursos da Lei Rouanet nas práticas artísticas e culturais, contemplando projetos: formativos, educativos, de manutenções institucionais, expositivos, entre outros.
- ⊛ **Instrumentalizar gestores** de instituições artísticas e culturais para trabalharem as emendas parlamentares da cultura.
- ⊛ **Investigar e coibir** práticas de monopólio ilícito no mercado de arte.
- ⊛ **Regulamentação e fiscalização** da lei de direito de sequência, que corresponde à lei de direitos autorais, art .38.



GT2

**ARTE ANCESTRAL,
DIÁSPORA
AFRICANA E
CONTEMPORANEIDADE:
TERRITÓRIO
E CIRCULAÇÃO
GLOBAL**

MEDIADORA Paula Garcia • **RELATORA** Paula Garcia, Ana Liria, Gislaine e Irinei • **Nº APROXIMADO DE PARTICIPANTES** 4

RELATORIA

ANA LIRIA

Programa global capitalista de retomada das ideias imperialistas.

- 1. Como podemos criar uma política pública se ela está refém de um pacto de política econômica do hemisfério norte?**
- 2. Não é possível criar uma política pública sem entender como o sistema econômico está funcionando.**
- 3. Há um projeto de inclusão de 2020-20225, e que restringirá a distribuição de recursos para a cultura**

GISLAINE

Tendência mundial de que a população quer se ver refletida na cultura. O boom de inclusão terá um fim.

IRINEI

Repensar o fortalecimento da arte indígena, que não se constrói dentro da régua eurocentrada. O protagonismo deve ser de quem realmente conta a história que será contada.

ANA LIRA

O ponto crítico é que ainda desenhamos e formamos dentro da visão europeia. Não se pode regulamentar uma trajetória profissional, considerando a formação universitária, sendo que a maioria não tem formação "formal". A Política de Artes Visuais, precisa incluir todos os tipos de formação.

EIXO 1

SABERES TRADICIONAIS E CONTEMPORANEIDADE NAS ARTES VISUAIS

PERGUNTA NORTEADORA

Como as políticas públicas podem criar pontes efetivas e éticas entre os sabores tradicionais ancestrais e os circuitos, mercados?

O mercador contemporâneo é violento, e sobrepassa a pontos cruciais para o debate.

Investir na pesquisa de práticas criativas advindas da população racializada: como elas se organizam em suas coletividades e como se traduz essas práticas no mercado.

Quem tem direito de falar sobre esses trabalhos dentro e fora do país, sobre essas obras (curadores)?

Os saberes comunitários estão espalhados pelo Brasil. Há ausência ou insuficiente articulação.

Editais de pesquisa artística: pesquisador negro brasileiro não tem recursos para fomentar o mercado cultural.

Programa de mentoria de curadoria Como vendemos nossa brasilidade?

Como vamos discutir repatrimônio da cultura que doamos? É necessário discutir justiça social.

Necessário fazer uma pesquisa da teia econômica de cada trabalho artístico, da comunidade racializada, para que, a partir desta discussão, poderemos debater com o mercado econômico e governo.

As artes visuais têm dificuldade de traduzir o que é coletivo e o que não é coletivo. Qual a função que a arte tem para as populações racializadas?

Quando produzimos arte reivindicatória, quem compra? O mercado de arte não acolhe.

Para isso, precisamos partir de uma pesquisa aprofundada, a fim de iniciar um processo de criação de novas políticas públicas.

Fazer um chamamento público para entender quem já está pesquisando sobre os temas debatidos, a partir daí, podemos pensar em um coletivo de pesquisadores.

Circular um formulário como instrumento de busca ativa, para mapearmos a comunidade artística.

Pensar em como a coletividade e a rede podem nos fortalecer no engajamento.

EIXO 2

DECOLONIDADE, RESISTÊNCIAS E TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS

EXEMPLO DE JUNDIAÍ

Há em 8 de março uma exposição de mulheres que simboliza um marco de desenvolvimento na cidade.

Editais podem fomentar o resgate da memória local.

Para o IPHAN, não existe patrimônio histórico material da humanidade que preserve culturas locais. É preciso reavaliar os instrumentos existentes de preservação, de maneira que eles passem a considerar novos espaços e territórios como patrimônios.

Viver na língua e falar na língua.

São necessários instrumentos que não ceifem a arte que está na oralidade, na vivência.

Espaços de retomadas territoriais e preservação de histórias que foram registradas no solo.

Enquanto houver um forte entrelaçamento entre governo e mercado faltará sensibilidade para instrumentar.

Não dá para pensar em políticas públicas sem entender que isso é direito básico. As discussões precisam ser instrumentalizadas.

EIXO 3

DIVERSIDADE, CURADORIA E REPRESENTATIVIDADE

PERGUNTA NORTEADORA

Como podemos ter políticas de representatividade sem ter a garantia de ter uma dotação orçamentária que irá fomentar isso?

PROPOSTA

Manter a continuidade de encontros para discutirmos as identidades brasileiras.

O curador ajuda a ver a arte como um marco ancestral.

É importante ter mecanismos que garantam a preservação dos nossos modos de viver.

Há distorções do papel do curador: curador como articulador, curador como instrumento do mercado de arte.

Instituir canal de comunicação direto com os artistas. Comissão de participação.

Se já existem conteúdos, por que eles não chegam às pessoas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

IRINEU

Como pensar em sistema de segurança que possa garantir o perene desenvolvimento do artista diante de qualquer adversidade?

A Funarte poderia criar um fomento que proporcione a circulação dos artistas em eventos assim.

ANA LIRA

Atrair a comunicação e divulgação ao sistema de saúde (agentes de saúde) e educação.

GISLAINE

Evento importante, mas a escolha do local não foi acertada.

GT3

**OS LUGARES
DA ARTE
PÚBLICA**



MEDIADOR Kleber Pagu • **RELATOR** Felipe Brait
e Kleber Pagu • **Nº APROXIMADO DE PARTICIPANTES** 13

PARTE 1

REGISTRO DO DEBATE

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

OS LUGARES DA ARTE PÚBLICA

A elaboração das diretrizes do setor das Artes Visuais Públicas dentro da PNA necessariamente passa por uma revisão do conceito tradicional do termo, alargando sua compreensão tradicional, que passa de “obras promovidas pelo Estado e reforçando narrativas elitistas”, para “obras promovidas pelos agentes fazedores das artes e engajadas com as comunidades”, criando uma ruptura e abrindo espaço para diversas outras possibilidades inerentes ao espaço público e ao exercício da cidadania cultural.

O Brasil das Artes que almejamos só será completamente possível quando o acesso às artes e à cultura não for um privilégio de poucos. Atualmente, 86,49% da população brasileira não acessa museus, segundo dados do Instituto Brasileiros dos Museus - Ibram (2023).

ESPAÇO PÚBLICO COMO EXPERIÊNCIA VIVA COM AS ARTES

Partindo da compreensão que arte pública contemporânea implica na transformação de territórios, envolvendo diferentes áreas comuns da cidade e do campo, e da atuação direta de agentes fazedores das artes ligados a diversas expressões e linhagens. Este processo de artificação do espaço público pode ser considerado uma das grandes estratégias dentro das políticas públicas para a democratização das artes. Entendemos a PNA em relação a:

- | | |
|-------------------------|----------------------------------|
| 1. pintura; | 11. instalação; |
| 2. cerâmica; | 12. happening; |
| 3. escultura; | 13. intervenção urbana; |
| 4. desenho; | 14. arte e tecnologia; |
| 5. colagem; | 15. eco-arte; |
| 6. assemblage; | 16. arte ambiental; |
| 7. fotografia; | 17. land art; |
| 8. videoarte | 18. grafite; |
| 9. body-art | 19. artes interativas; |
| 10. performance; | 20. Interterritorialidade |

PARTE 2

ENCAMINHAMENTOS POR EIXO DA POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES

ACESSO

- ⊛ **Espaços Reconhecidos e Pensados para as Artes**
- ⊛ **Ações Artes nas Escolas Públicas**
- ⊛ **Incentivo para Ações Continuadas nos Territórios (Edital de Territórios) Democratizar o acesso às artes para 86,49% da população**
- ⊛ **Aquisição de Acervos de Publicações para escolas e bibliotecas**

CRIAÇÃO

- ⊛ **Estímulo aos processos de criação e produção**
- ⊛ **Cadastro de espaços públicos e privados pré-autorizados, com desconto no IPTU Desburocratizar processos de autorização**

- ⊛ **Envolver a comunidade local**
- ⊛ **Aquisição de Equipamentos**
- ⊛ **Parceria pública-privada para acesso a equipamentos**
- ⊛ **Isenção de Impostos para Equipamentos relacionados a produção de arte pública**
- ⊛ **Garantir os direitos autorais de arte pública**
- ⊛ **Somos uma nação subvertendo o projeto colonialista e escravista e seus impactos sociais, inclusive no acesso às artes e à cultura, o que se reflete em profundas desigualdades sociais.**
- ⊛ **Intercâmbio entre artistas e territórios com editais**

DIFUSÃO

- ⊛ **Apoio à circulação e realização de feiras de arte pública**
- ⊛ **Plataforma digital de artes públicas**
- ⊛ **EBC – programa de arte pública**
- ⊛ **Fóruns continuados e programas de formação e trocas de saberes**

PLANO DE TRABALHO

CONTEXTO: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DA ARTE PÚBLICA NO BRASIL

Entre os séculos XVI e XIX, as artes públicas no Brasil foram delineadas pelas conjunturas colonial e imperial, resultando em produções que refletiam, predominantemente, o esforço das elites na construção de uma identidade nacional oficialista. Sob uma perspectiva de preservação tradicional, essas obras foram instituídas como monumentos perenes e dotadas de um caráter estatal, destinadas à cristalização de narrativas de poder que buscavam a imortalidade física e simbólica (Schwarcz, 1993). Na contemporaneidade, este acervo tornou-se objeto de revisão crítica, bem como de contestação his-

tórica e legal, revelando a urgência de políticas que contemplem as lacunas dessas narrativas e integrem a pluralidade de vozes e memórias historicamente omitidas (Chagas, 2002).

No século XX, o Modernismo promoveu a primeira ruptura substantiva com a academia ao investigar uma “brasilidade” que incorporava elementos locais (Amaral, 2003). Contudo, foi a partir da segunda metade do século, em resposta às tensões sociais e ao contexto da ditadura militar, que movimentos insurgentes passaram a ocupar o espaço comum sob uma nova dialética: a intervenção artística de base social. No século XXI, esse movimento consolida-se como a segunda e mais profunda ruptura: o espaço comum deixa de ser apenas um lugar de fluxo funcional para se tornar um território de fruição artística, superação de barreiras sociais, exercício de direitos e bem-viver (Canclini, 2005).

Neste sentido, faz-se necessária a implementação de ações estruturantes por parte do Estado, que não apenas acompanhem essas transformações orgânicas, mas que também supram as lacunas prementes que ainda fragilizam o setor das Artes Públicas no Brasil. A PNA compreende que a atuação no espaço comum não se restringe à preservação; ela é um exercício de cidadania ativa que integra diversas linguagens — das artes visuais às performances e intervenções tecnológicas — para reconfigurar a paisagem urbana.

A Política entende que o direito à memória e à expressão contemporânea não são exercícios passivos, mas ferramentas de intervenção para corrigir anacronismos e preencher silêncios históricos. Ao promover a Justiça de Transição Cultural, o Estado reconhece o dever de intervir na simbologia do espaço público para que este deixe de ser um repositório de traumas ou um vazio de significado, tornando-se um território de reparação, inovação social e coexistência de múltiplas narrativas (Vainer, 2013).

Desta forma, o modelo institucional proposto constitui o pilar para a capilaridade, o desenvolvimento territorial e a democratização radical do acesso às artes.

Fundamentado no Direito à Cidade e à Cidadania Cultural, compreende o espaço público e as artes que o habitam como bens comuns transdisciplinares, territórios onde a política pública deixa de ser um conceito abstrato para se concretizar na experiência da sociedade — beneficiária final.

Assim, a PNA se consolida em um diálogo expandido com múltiplos atores, incorporando a pluralidade de linguagens e a natureza híbrida que define a arte pública contemporânea como força motriz da democracia.

OBJETIVO GERAL

Assegurar, por meio das diretrizes da PNA, um ambiente que promova o pleno desenvolvimento das Artes Públicas no Brasil, pautado pela inclusão e escuta ativa, com foco no cumprimento de direitos fundamentais, como a Cidadania Cultural e o Direito à Cidade para todas e todos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (EIXOS ESTRUTURANTES)

EIXO I

Cadeia Produtiva e Valorização Profissional

JUSTIFICATIVA

A sustentabilidade das artes públicas depende diretamente da dignidade de seus trabalhadores. Este eixo visa formalizar e proteger os diversos agentes que viabilizam a cultura no espaço comum, reconhecendo a complexidade técnica, a pluralidade de perfis e a importância política de suas funções.

- A** Reconhecimento Profissional e Amparo Legal: Promover a regulamentação das profissões do setor (artistas, produtores, curadores, técnicos, entre outras), assegurando o cumprimento da legislação de direitos autorais e normas trabalhistas, garantindo proteção à autoria e segurança jurídica.

- B** Dignidade, Seguridade e Liberdades Fundamentais: Implementar políticas de proteção social e seguridade. Assegurar o respeito às liberdades de expressão, criação e reunião, protegendo os agentes contra repressões ou restrições burocráticas indevidas, garantindo que a ocupação artística seja reconhecida como exercício pleno de cidadania.
- C** Consagração de Trajetórias e Mérito Cultural: Instituir mecanismos de reconhecimento, como prêmios e títulos de notório saber, para valorizar o legado de artistas e mestras e mestres que transformam a paisagem e a memória das cidades, independentemente de sua formação acadêmica formal.
- D** Formação, Segurança e Sustentabilidade: Oferecer programas de capacitação técnica, segurança do trabalho e gestão de carreira, garantindo que a qualificação profissional resulte em trajetórias financeiramente sustentáveis.
- E** Redes de Saberes e Tecnologias Sociais: Fortalecer redes nacionais para o intercâmbio de saberes tradicionais e contemporâneos, garantindo que o repertório das artes públicas reflita a multiplicidade étnico-racial, regional e social do povo brasileiro.

EIXO II

Reconhecimento e Valorização dos Espaços Públicos de Fruição Artística (EPFA)

JUSTIFICATIVA

O reconhecimento institucional dos EPFA é o pilar para a capilaridade, o desenvolvimento territorial das artes e a democratização do acesso.

Fundamentado no Direito à Cidade e à Cidadania Cultural, este eixo compreende o espaço público como um bem comum que cumpre sua função social ao transformar o ambiente urbano em um terri-

tório de vivência e dignidade. É neste espaço que a política pública se concretiza para as cidadãs e cidadãos, beneficiários finais, convertendo o espaço de trânsito em um território de pertencimento e reparação histórica.

- A** Territorialidade e Mapeamento Participativo: Promover o reconhecimento oficial de territórios com vocação cultural, garantindo que a política alcance centros, periferias, zonas rurais e áreas periurbanas, por meio de uma construção coletiva onde as comunidades locais sejam ouvidas e contempladas.
- B** Tecnologias Sociais e Resiliência Urbana: Consolidar os EPFA como equipamentos de cultura a céu aberto que contribuem para a superação de barreiras sociais, tornando as cidades mais seguras, inclusivas e resilientes frente à degradação socioespacial.
- C** Efetivação da Cidadania Cultural: Estabelecer o dever do Estado em zelar pela infraestrutura necessária à fruição, garantindo manutenção, iluminação adequada e acessibilidade física e sensorial (desenho universal) em todos os territórios reconhecidos.
- D** Integralização e Visibilidade: Garantir que os EPFA sejam integrados aos destinos e circuitos culturais oficiais, devendo ser sinalizados e identificados como espaços de arte, cultura e lazer, conferindo visibilidade ao território e fortalecendo o sentimento de pertencimento.
- E** Segurança Cidadã e Presença Pública: Firmar o compromisso com a segurança pública preventiva nos EPFA, assegurando que a população desfrute do espaço comum com integridade física e confiança.
- F** Salvaguarda e Zeladoria do Patrimônio Vivo: Garantir a preservação do espaço como suporte artístico, protegendo-o contra o apagamento, a remoção arbi-

trária ou a descontinuidade indevida de acervos e programações por gestões transitórias. O Estado assume o dever de zelo estatal contínuo, incluindo dotação orçamentária específica para manutenção preventiva e corretiva.

- G** Registro e Salvaguarda da Memória: Promover o mapeamento georreferenciado e o registro contínuo das manifestações, criando um arquivo histórico digital e físico que proteja a memória das intervenções contra a ação do tempo.
- H** Economia Criativa e Desenvolvimento Local: Fomentar circuitos que valorizem a cadeia produtiva local e o turismo cultural sustentável, tratando a arte pública como motor de geração de renda e fortalecimento dos serviços do entorno.
- I** Democratização e Classificação Indicativa: Garantir que as programações e obras em espaços abertos priorizem o conteúdo de classificação livre, assegurando o acesso universal e a convivência intergeracional em territórios de fruição pública.
- J** Natureza Cultural e Não Comercial: Coibir que obras, intervenções e programações artísticas nos EPFA tenham caráter estritamente publicitário ou comercial, preservando o espaço público como território de expressão livre e não subordinado a interesses de marcas ou propaganda.
- K** Natureza Pública e Uso Comum: Assegurar o caráter inalienável dos EPFA, proibindo a privatização, a cobrança de ingressos ou qualquer distinção socioeconômica de acesso.
- L** Liberdade Territorial e Não Restrição: Reafirmar que o reconhecimento de um EPFA não implica na limitação de manifestações artísticas a este espaço; a PNA

garante o direito ao livre exercício das artes em todo o território nacional, combatendo o confinamento da expressão.

- M** Interação entre Camadas Históricas: Compreender a cidade como um campo de diálogo permanente, onde o patrimônio histórico e as intervenções contemporâneas se encontram. Esta política atua para estimular a interlocução entre o legado material e as expressões insurgentes, superando barreiras burocráticas para que a memória e a inovação estética se tensionem e se complementem de forma produtiva.

EIXO III

Ações Continuadas e Fomento Estruturante

JUSTIFICATIVA

Transcender a lógica do evento isolado, estabelecendo um sistema de financiamento que promova o ecossistema das Artes Públicas a longo prazo e considere a diversidade de atores em cada etapa.

- A** Sustentabilidade Orçamentária e Fluxo Contínuo: Assegurar percentual mínimo e fluxo regular de recursos, priorizando linhas de fomento plurianuais (2 a 4 anos) para que coletivos e pontos de cultura planejem suas atividades com segurança financeira.
- B** Financiamento do Ciclo Completo de Produção: Destinar recursos para pesquisa, residência artística, execução física, manutenção/restauro, registro documental (catálogos e arquivos digitais) e intercâmbio.
- C** Ações Pontuais e Emergenciais: Implementar mecanismos ágeis para intervenções de curta duração, prêmios de reconhecimento, editais de resposta rápida (para restauros urgentes) e microfomento para artistas iniciantes.
- D** Economia do Bem-Viver e Hubs Criativos: Apoiar a

criação de ateliês coletivos, bancos de materiais e cooperativas que funcionem como pontos de apoio logístico e técnico permanente para os artistas.

- E** Vigilância e Zeladoria Colaborativa: Instituir programas de monitoramento participativo para tornar a comunidade guardiã do acervo e evitar a perda de investimentos por degradação.

EIXO IV:

Diversidade de Linguagens, Manifestações Culturais e Justiça Simbólica

JUSTIFICATIVA:

Garantir que o espaço comum reflita a verdadeira composição social, étnica e estética do Brasil é um compromisso essencial. Esta diretriz promove a diversidade e a profusão de múltiplas linguagens, saberes e manifestações culturais; fundamenta-se no princípio da Justiça de Transição Cultural, compreendendo a arte pública como um instrumento fundamental de reparação histórica. Tal abordagem possui o poder de reverter silenciamentos seculares e projetar novos imaginários de cidadania, pertencimento e soberania nacional.

- A** Pluralidade Estética e Convergência de Linguagens: Fomentar a ocupação do espaço comum reconhecendo a cidade como palco polifônico e equipamento cultural integrado. Tendo como eixo central as Artes Visuais, a política abrange ainda, de forma não restritiva e em caráter transdisciplinar, as seguintes linguagens, manifestações e expressões de classificação livre no espaço público: Cortejos e Matrizes Tradicionais; Artes Cênicas, Circenses e Audiovisuais; Paisagem Sonora e Oralidade; Culturas do Corpo; Ciclos Festivos e Carnavais; Inovação Transmídia e Memória.
- B** Reparação Histórica e Revisitagem de Narrativas: Implementar programas voltados à criação de con-

tramonumentos que dialoguem criticamente com acervos excludentes, celebrando lideranças e movimentos negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, femininos e populares.

- C** Protagonismo e Interseccionalidade: Aplicar critérios de equidade que garantam que a diversidade da produção seja reflexo da diversidade dos produtores, priorizando narrativas originárias, periféricas e identitárias.
- D** Decolonização Curatorial e Reconhecimento de Saberes: Promover curadorias decoloniais que reconheçam estéticas ancestrais, tecnologias sociais e repertórios da cultura popular como pilares da arte pública. O Estado assume a responsabilidade de desierarquizar o conhecimento, conferindo aos saberes de tradição oral e urbana o mesmo status de fomento destinado às artes acadêmicas.

EIXO V

Programa “Cidades das Artes” (Pactuação Federativa)

JUSTIFICATIVA

Criar um sistema nacional articulado que descentralize recursos e garanta equidade técnica e financeira entre os entes federados.

- A** Pacto Federativo e Adesão: Protocolos de cooperação técnica e financeira com entes que se comprometam com a aplicação integral da PNA.
- B** Harmonização Legislativa e Normatização Urbana: Assessorar a criação de leis municipais integradas aos Planos Diretores, simplificando licenciamentos e institucionalizando a arte no planejamento urbano.
- C** Selo “Cidade das Artes” e Incentivos: Pontuação extra em editais federais para municípios que instituam seus próprios EPFAs e CAPs locais.

- D** Prioridade e Equidade Territorial: Direcionar investimentos e assistência técnica prioritariamente para territórios vulnerabilizados, zonas rurais e periferias.

EIXO VI

Participação Social e Governança Sistêmica

JUSTIFICATIVA

Garantir legitimidade através de uma gestão compartilhada, transparente e protegida contra retrocessos.

- A** Comissões de Artes Públicas (CAP) Tripartites: Instâncias deliberativas paritárias com poder de decisão na análise de projetos, distribuição de recursos e proteção das diretrizes da PNA.
- B** Gestão Descentralizada e Escuta Ativa: Protagonismo de artistas e comunidades locais na gestão dos territórios, abrangendo dos centros às periferias e comunidades tradicionais.
- C** Controle Social e Transparência: Fóruns locais e ouvidorias para fiscalizar o cumprimento da política e impedir o cerceamento ou privatizações simbólicas.
- D** Formação para a Governança: Capacitar conselheiros e lideranças em legislação cultural e direito urbanístico para qualificar a gestão pública.

Referências:

Schwarcz, L. M. (1993): O espetáculo das raças. Analisa como o Estado imperial brasileiro construiu uma iconografia para legitimar o poder.

Chagas, M. (2002): Memória e Poder. Discute como os monumentos tradicionais silenciam memórias dissidentes.

Amaral, A. (2003): Artes plásticas na Semana de 22. Referência sobre a ruptura modernista e a busca pela identidade local.

Canclini, N. G. (2005): Culturas Híbridas. Aborda a transformação do espaço urbano e a fruição artística na pós-modernidade.

Vainer, C. (2013): Cidade de Exceção. Trata da disputa política pelo espaço público e o papel do Estado na configuração urbana



GT4

**MEMÓRIA,
ESTRATÉGIAS DE
PRESERVAÇÃO E
DIFUSÃO**



MEDIADOR Yuri Firmeza • **RELATORA** Laura Dorneles
do Amaral • **Nº APROXIMADO DE PARTICIPANTES** 12

PARTE 1

REGISTRO DO DEBATE

SÍNTESE DA DISCUSSÃO:

- ⊛ Mapeamento das principais dificuldades de armazenamento de acervos em diversas linguagens e suportes;
- ⊛ Atualização dos meios de armazenamento de acervos em diversos suportes;
- ⊛ Identificação de materiais para estudo e oportunidade de políticas direcionadas;
- ⊛ Criação de museus/ memoriais capacitados e estruturados para o cuidado adequado de acervos diversos;
- ⊛ Dificuldades gerais: recursos, pesquisa, difusão/ comunicação, educação/formação e valorização no campo das artes;
- ⊛ Representatividade em acervos públicos: memória política x esquecimento político;
- ⊛ Acessibilidades e democratizações de acesso aos materiais de acervos e à criação dos materiais;
- ⊛ Integração entre arte e educação, mobilização coletiva, política e institucional;

- ⊛ **Projetos formativos para capacitação, incentivo à valorização, difusão e preservação;**
- ⊛ **Equalizar oportunidades independente da linguagem e contexto.**

PARTE 2

ENCAMINHAMENTOS POR EIXO DA POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES

ACESSO

- ⊛ **Democratização de acesso, recursos de acessibilidades e ampliação de acesso aos recursos e fomentos diretos destinados à criação e manutenção de acervos públicos; Democratização de acesso, considerando a desburocratização e recursos de acessibilidades, com ampliação da comunicação e informação de políticas públicas destinadas às artes.**

CRIAÇÃO

- ⊛ Criação de mapeamentos das artes visuais e acervos informais, inclusive de manifestações tradicionais;
- ⊛ Criação de manuais e materiais informativos para o incentivo à memória, armazenamento e à conservação.

DIFUSÃO

- ⊛ Mecanismos de difusão, catalogação de inventários, disponibilização e facilitação de acesso dos acervos públicos e privados;
- ⊛ Publicação ou reunião de coleções voltadas à memória e acervos;
- ⊛ Plataforma nacional para difusão da informação de fomentos mapeados voltados à preservação de acervos e à memória.

INTERNACIONALIZAÇÃO

- ⊛ Internacionalização entre Brasil e outros países que dividem histórias e necessidades comuns, a fim de comunicar e mobilizar coletivamente, em nível internacional, políticas e práticas voltada às artes e à memória.

MEMÓRIA

- ⊛ Reconhecimento, identificação e mapeamentos de artes visuais, patrimônios e visualidades de manifestações tradicionais;
- ⊛ Atualização dos meios de armazenamento de acervos em diversos suportes;
- ⊛ Criação de Museus/ Memoriais capacitados e estruturados para o cuidado adequado de acervos diversos;
- ⊛ Representatividade em acervos públicos: memória como política x esquecimento político;

- ⊛ Incentivo à memória através de mecanismos de difusão, catalogação de inventários, disponibilização e facilitação de acesso dos acervos públicos e privados;
- ⊛ Integração entre arte e educação, a fim de fortalecimento da memória e valorização das diversas identidades e culturas.

FORMAÇÃO

- ⊛ Intercâmbio entre instituições de ensino, instituições culturais, museus, acervos e arquivos, a fim de ampliar a capacitação e o desenvolvimento das estratégias de preservação;
- ⊛ Promover ações formativas e de capacitação direcionadas à memória, criação e à manutenção de acervos.

PESQUISA

- ⊛ Mapeamento nacional de acervos nas diversas linguagens;
- ⊛ Ampliação das pesquisas voltadas às transversalidades das linguagens e manutenção da área de museologia adaptada à contemporaneidade.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- ⊛ Criação de fundos nacionais a fim de democratizar o acesso aos recursos;
- ⊛ Desburocratização de pagamentos para artistas não formalizados;
- ⊛ Fomentos diretos destinados à criação e manutenção de acervos públicos;
- ⊛ Fortalecimento dos núcleos de restauração e conservação de espaços museais e universidades, incentivando o cooperativismo e estruturação de uma rede técnica de intercâmbio.

PARTE 3

OUTRAS RECOMENDAÇÕES E OBSERVAÇÕES

AÇÕES PRIORITÁRIAS (CURTO PRAZO)

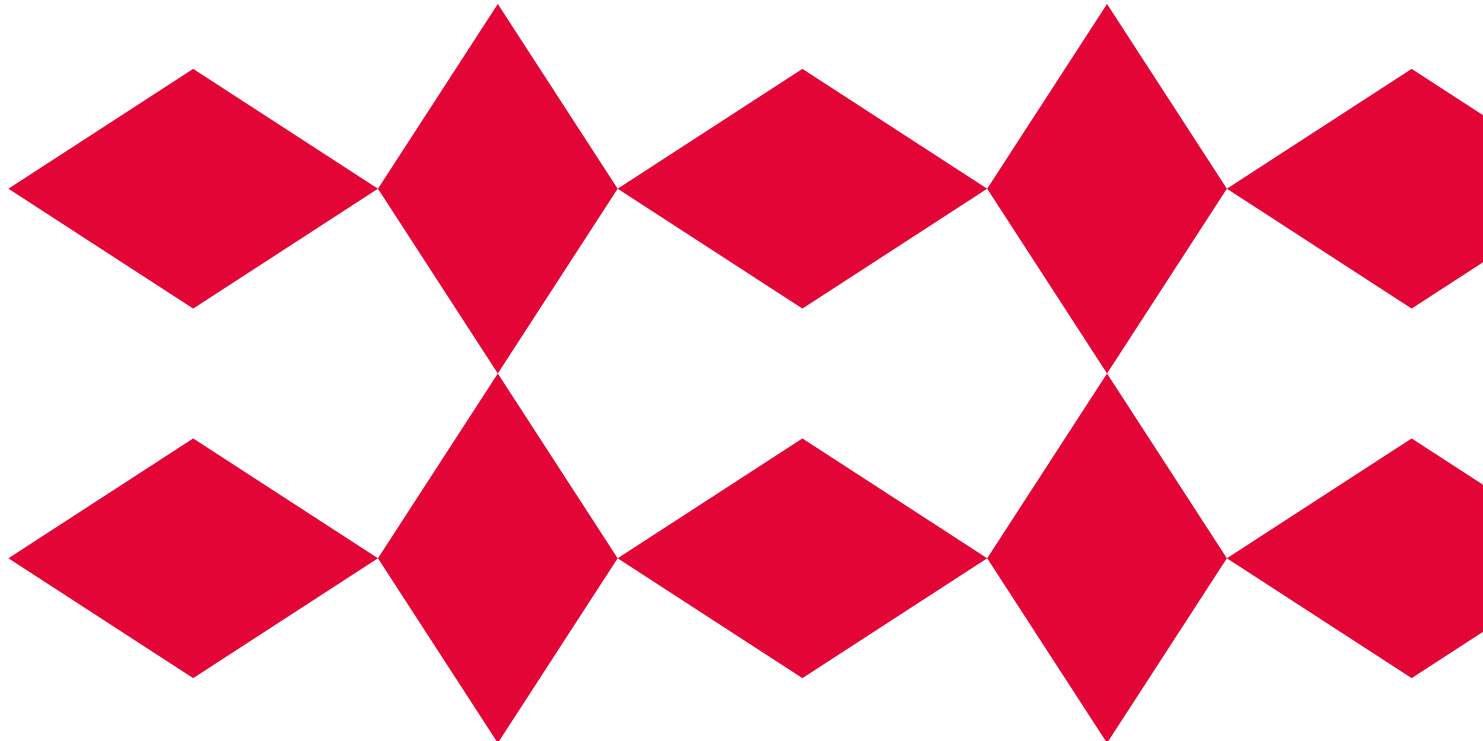
- ⊛ Democratização de acesso, considerando a desburocratização, recursos de acessibilidades e ampliação de acesso a recursos e fomentos diretos destinados à criação e manutenção de acervos com ampliação da comunicação e da informação de políticas públicas destinadas aos acervos;
- ⊛ Intercâmbio entre instituições de ensino, instituições culturais, museus, acervos e arquivos, a fim de ampliar a capacitação e o desenvolvimento das estratégias de preservação, e, o fortalecimento dos núcleos de restauração e conservação de espaços museais e universidades, incentivando o cooperativismo e estruturação de uma rede técnica de intercâmbio;
- ⊛ Ampliação das pesquisas voltadas às transversalidades das linguagens e à manutenção da área de museologia adaptada à contemporaneidade,
- ⊛ atualizando os meios de armazenamento de acervos em diversos suportes, inclusive das linguagens efêmeras.

DESAFIOS ESTRUTURANTES IDENTIFICADOS

- ⊛ **Desvalorização da memória e invisibilidade da área, resultando falta de recursos diretos à manutenção e criação de acervos;**
- ⊛ **Falta comunicação democratizada e acessível para a propagação de recursos destinados à preservação da memória;**

OBSERVAÇÕES FINAIS DO RELATOR

Percebe-se que o encontro proposto pela FUNARTE e Bienal de São Paulo abre espaço para dar continuidade do diálogo entre agentes culturais e suas necessidades contemporâneas. Foi unanimemente reforçado a importância da continuidade permanente da comunicação entre os agentes culturais, espaços culturais, instituições públicas e governos.



GT5

**PROFISSIONALIZAÇÃO
E MERCADO:
A PROFISSÃO
ARTÍSTICA**

MEDIADOR Augusto Leal • **RELATOR** Uriel Bezerra •
Nº APROXIMADO DE PARTICIPANTES 13

PARTE 1

REGISTRO DO DEBATE

SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Estiveram presentes no *Grupo de Trabalho Profissionalização e mercado: a profissão artística*, como mediador o artista visual Augusto Leal, e como integrantes para o debate a curadora/pesquisadora Cinara Barbosa, o curador, fotógrafo e representante da Bienal do Recôncavo Pedro Archanjo, a coordenadora de exposições da UERJ, Ana Tereza Prado Lopes; o professor e Diretor do Departamento Cultural da UERJ, Alexandre Sá; a diretora Institucional da Galeria Nara Roesler e sócia-diretora da N+1 Arte e Cultura, Têra Queiroz; o curador, pesquisador e diretor do MAC/BA, Daniel Rangel; o curador, pesquisador e coordenador de Artes Visuais da FUNCEB, Uriel Bezerra; a artista visual e criadora da Rede NAMI, Panmela Castro; a artista visual e presidente da Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa (Chico Lisboa), Cristina Arns; a integrante do Coletivo Atlântico, Marina Maciel; a integrante do Coletivo Atlântico Beth da Matta e a assessora de educação da Fundação Bienal de São Paulo, Tailicie Nascimento. Primeiramente, foi levantado, por cada integrante os pontos que seriam tratados em debate para, logo após, categorizá-los e encaminhá-los para relatoria. O principal ponto de divergência do grupo

esteve relacionado à discussão, neste grupo, sobre o texto do projeto de lei regulamentação da profissão de artistas visuais. Por maioria, concordamos que o grupo apreciaria o tópico em momento à parte, junto a outros

Grupos de Trabalho interessados, com a finalidade da construção de uma agenda, que engloba a consulta pública online e a realização de um Fórum Nacional de Regulamentação da Profissão de Artistas Visuais. Assim, demos continuidade aos encaminhamentos, sua discussão e categorização.

Foi detectado, em meio ao debate que muitos encaminhamentos se enquadravam como proposições para a Política Nacional das Artes / Sistema Nacional de Cultura; outros, para a criação de uma Agência Nacional das Artes Visuais (ANAV), para o Projeto de Lei 1.928/2024 e outras, para execução prioritária (a curto prazo).

A seguir discriminamos os encaminhamentos segundo estas categorias:

ANAV – AGÊNCIA NACIONAL DAS ARTES VISUAIS

- ⊛ **Propõe-se a criação de uma Agência Nacional das Artes Visuais, com alguns focos preliminares, dentre os quais:**
- ⊛ **A criação de Observatório das Artes Visuais que garanta um mapeamento continuado das condições socioeconômicas dos agentes individuais das artes visuais, para obtenção de dados que orientem políticas públicas e apontem as realidades territoriais, visando ao entendimento das condições e cadeias produtivas existentes no setor cultural das artes visuais, demarcando que já existe um instrumento de pesquisa produzido pelo comitê científico do projeto de Mapeamento do Colegiado Setorial das Artes Visuais do Rio Grande do Sul;**
- ⊛ **Disponibilização de formação, assessoria técnica jurídica com foco em relações trabalhistas para artistas, contratos com instituições e galerias;**

- ⊛ Garantir a defesa dos direitos dos artistas e demais profissionais da cadeia produtiva das Artes Visuais (curadores independentes, arte-educadores, críticos de arte, técnicos de montagem).

POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES/SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

- ⊛ Fomento e estruturação técnica dos colegiados e setoriais nas esferas nacional, estadual e municipal, criando plataformas de gestão, documentação, memória e dinamização dos trabalhos realizados;
- ⊛ Criação de uma instrução normativa relacionada ao SNC, e aos editais de fomento direto e indireto, que vise à transparência quanto aos critérios de avaliação e transparência em relação a produção de dados de projetos executados, com padronização dos dados;
- ⊛ Formulação de instrumentos voltados ao fomento e à manutenção de atividades para artistas em meio de carreira, com comprovação de mais de 15 anos de atividade;
- ⊛ Criar galerias de arte em universidades públicas, com dinamização vinculada a programas de fomentos públicos, priorizando a territorialização;
- ⊛ Garantir o intercâmbio territorial de profissionais em âmbito nacional;
- ⊛ Criação de uma instrução normativa que garanta uma transparência na composição das comissões de avaliação de editais e elaboração de critérios de diversidade de pessoas que compõem essas comissões.
- ⊛ **AÇÕES PRIORITÁRIAS (A CURTO PRAZO)**
- ⊛ Criação de um estudo e instrumento normativo na Lei Rouanet que destine um percentual mínimo do valor dos projetos

incentivados para a remuneração dos artistas visuais em projetos de exposições de arte. Sugestão de 30%.

- ⊛ Criar editais destinados a artistas em formação universitária e egressos de cursos de graduação e pós-graduação, com até cinco anos desde a conclusão, como desdobramento das pesquisas desenvolvidas na universidade;
- ⊛ Criar Programa de Formação Continuada da Funarte (presencial e online), visando todas as regiões, tendo como base a Rede das Artes, enfocando os diferentes campos de produção de artes visuais, expografia, curadoria, montagem, produção, captação de recursos, comunicação, design;
- ⊛ Fórum Nacional das Bienais de Artes Visuais, com participação do IBA (International Biennial Association) intencionando a criação de redes de cooperação entre as bienais estabelecidas e emergentes.

PROJETO DE LEI 1.G28/2024

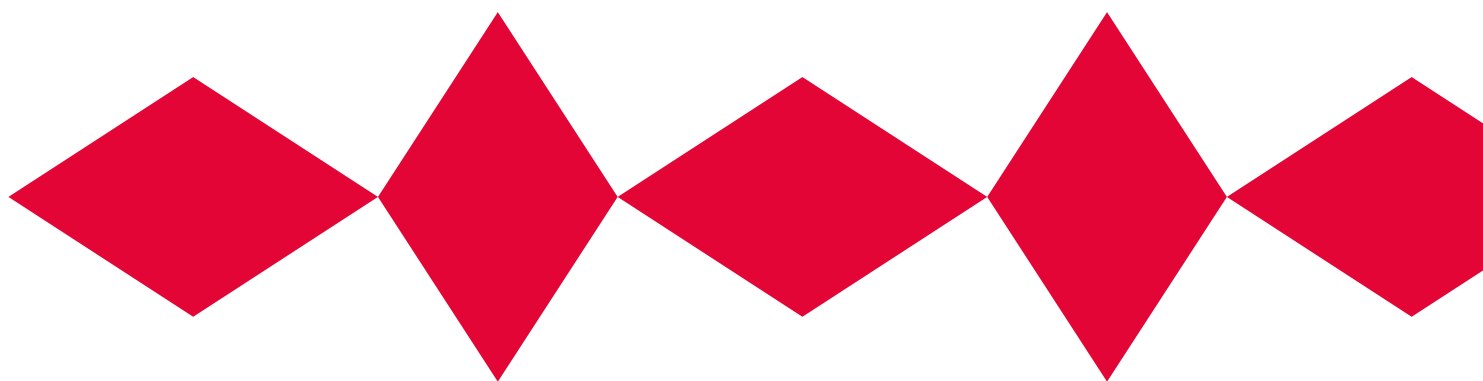
- ⊛ Criação e divulgação, em parceria com a Funarte do Fórum Nacional de Regulamentação da Profissão de Artistas Visuais nos dias 9 e 10 de fevereiro; formulário aberto dia 22/12 a 22/1)

IMPRESSÕES DA RELATORIA

Por fim, a relatoria concluiu que a discussão foi realizada de modo colaborativo e reforça que a profissionalização e as relações de mercado no campo das artes visuais vão para além das estruturas do mercado tradicionais e necessitam de dispositivos que orientem a sustentabilidade da atividade artística, englobando toda a cadeia produtiva, a diversidades de agentes que a compõem, nas dimensões sociais, de gênero, étnico-raciais e de território.

GT6

**PRÁTICAS
SUSTENTÁVEIS:
DA CRIAÇÃO
À CIRCULAÇÃO**



MEDIADORA Brígida Campbell • **RELATOR** Rafael Falasco •
Nº APROXIMADO DE PARTICIPANTES 5

ACESSO

- ⊛ Criação de incentivos diretos especiais – e acompanhamento – para comunidades tradicionais ou que têm pouco contato com o sistema da arte.
- ⊛ Valorizar modos de coletividade e subjetivação como forma de enfrentamento à destruição do planeta e do sensível.

DIFUSÃO

- ⊛ Criação de uma rede colaborativa de organizadores de exposições bienais e trienais e/ou de instituições culturais de arte com espaços expositivos (âmbito nacional – se possível, com encontros presenciais sazonais em diferentes regiões do país.
- ⊛ Criação de um setorial dedicado às bienais na FUNARTE.
- ⊛ Criação de um relatório anual ou banco de dados geral capaz de traduzir em dados as ações artísticas incentivadas a fim de embasar novos projetos.
- ⊛ Estabelecimento de novas formas de divulgação e promoção de editais, como comunicados em instituições educacionais ou em uma rede de coletivos e associações culturais. Exemplo: criação de um portal com editais para colaborar com a transparência dos processos.

INTERNACIONALIZAÇÃO

- ⊛ Abertura de linhas de comunicação e financiamento de agentes internacionais interessados em pensar e incentivar ações sustentáveis da cultura.

MEMÓRIA

- ⊛ Plataforma virtual para catalogar os projetos incentivados.
- ⊛ No caso de materiais audiovisuais e publicações – disponibilização online do acervo incentivado.

FORMAÇÃO

- ⊛ Fomentar uma arte comprometida com a educação ambiental (para todas as idades).
- ⊛ Incorporar a dimensão transversal das questões ambientais em todas as práticas artísticas.
- ⊛ Valorizar da dimensão simbólica das práticas culturais locais.
- ⊛ Fortalecimento da sustentabilidade como critério para ações institucionais.
- ⊛ Intercâmbio de profissionais das artes entre territórios e ecossistemas para troca de saberes, aprendizados, processos e soluções.

PESQUISA

- ⊛ Incentivar a criação de residências artísticas e outras ações educacionais ou de formação em áreas de interesse ambiental.
- ⊛ Estimular a conexão entre arte e ciência e tecnologia para experimentação, criação e divulgação.

REFLEXÃO

- ⊛ Criação de guias, orientações e treinamentos para os equipamentos e trabalhadores culturais ampliarem o conhecimento sobre a pegada de carbono das próprias iniciativas artísticas. Exemplo: criação de uma calculadora da pegada de carbono de fácil acesso.
- ⊛ Formalização da criação de contrapartidas ambientais para projetos incentivados de grande porte.

- ⊛ Entendimento das práticas sustentáveis como um critério positivo. Exemplo: criação de cotas para projetos artísticos de cunho sustentável.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- ⊛ Descentralização dos recursos como forma de contrapartida regional.
- ⊛ Fornecimento de ferramentas de formação/treinamentos para os trabalhadores da cultura distantes das grandes instituições, para captação de recursos e prestação de contas. Isto é, capilaridade e profissionalização do campo para fomentar maior diversidade de patrocinadores e projetos, quebrando o atual vício que concentra os recursos de grandes empresas para instituições de grande porte.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

MATERIAIS E PROCESSOS SUSTENTÁVEIS

- ⊛ Circulação dos materiais e obras (livros e conteúdos), plataformas de acesso aos materiais produzidos.
- ⊛ Distribuição de recursos entre as diversas regiões, concentração de recursos no Sudeste, repasse às empresas que no final são quem decidem os direcionamentos simbólicos e culturais, usos publicitários de um incentivo fiscal.
- ⊛ Contrapartidas mais claras em projetos incentivados.
- ⊛ Documentários, filmes, livros estarem disponíveis online, criação de plataformas, portal e base de dados.

ARTE, CRISE CLIMÁTICA E ECOLOGIA

- ⊛ Trabalho em comunidades, apresentar dados de projetos (ex: natura)
- ⊛ Devolutivas justas, futuro ancestral e coletivo, organização coletiva e coletividade (Amazônia não é só indígena) .
- ⊛ Valorizar os MODOS coletivos de estar no mundo! Como enfrentamento do individualismo radical do capitalismo atual.
- ⊛ Estímulo as práticas coletivas e comunitárias
- ⊛ Misturar mais arte e cultura
- ⊛ Pensar uma ecologia de diversas culturas, incorporar as dimensões simbólicas e culturais, sociais e políticas.
- ⊛ Ecologia, social, política e metal (subjetiva).
- ⊛ Ligação com o território.
- ⊛ Entender o tempo dos outros e conexões com as culturas do outro.
- ⊛ Entender a arte como ferramenta política, lutar contra a destruição do sensível, mapeamentos, arte não é só mercado, é modo de viver e perceber, não aceitar a destruição das subjetividades (ex; China e EUA não abrem mão do sensível) crise da imaginação, arte como modo de criar espaços de imaginação livre.
- ⊛ Destruição do planeta e destruição do sensível.

SUGESTÃO

- ⊛ Criação de incentivo para projetos que abordam o coletivo.
- ⊛ Incentivo para projetos de proteção simbólica – cuidado com as subjetividades.
- ⊛ Projetos para trocas culturais e diferentes culturas.

- ⊛ **Experiências, educação dos sentidos, experiências imersivas e sinestésicas**
- ⊛ **Deslocamento e contato direto com os territórios.**
- ⊛ **“Educação Ambiental” sensível e política abraçando o real.**
- ⊛ **Pensar os deslocamentos nacionais.**
- ⊛ **Ecologia é justiça social.**
- ⊛ **Sustentabilidade é uma questão trabalhista.**
- ⊛ **Bene Fonteles: meio-inteiro ambiente.**
- ⊛ **Solidariedade, entre os povos e hidro solidariedade dos rios.**
- ⊛ **Povos originários (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.).**
- ⊛ **Sistemas de turismo sustentável que possam manter as pessoas em seus territórios, ganhando dinheiro e podendo fazer o que elas fazem e sistemas colaborativos com apoio das prefeituras.**
- ⊛ **Prática de escutas da comunidade.**
- ⊛ **Adote a cultura do outro.**

ESTRATÉGIAS DE DIMINUIÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL EM EXPOSIÇÕES E GRANDES EVENTOS

- ⊛ **Criação de uma rede trocas e compartilhamentos de experiências e construção de práticas sustentáveis e ecológicas, pensar descartes, créditos de carbono.**
- ⊛ **Calculadoras de pegada de carbono.**
- ⊛ **Deslocamentos.**
- ⊛ **Contrapartidas ambientais (livros sem plásticos, mas como fazer para grandes captadores?).**

ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

- ⊛ **Distribuição de recursos entre as diversas regiões.**
- ⊛ **Ter a possibilidade de contar com a continuidade (saber que o projeto vai acontecer ano que vem?).**
- ⊛ **Educação para captação, profissionalização, de escrita de projetos e captação.**
- ⊛ **Como criar projetos de sustentabilidade (lixo, pegada de carbono etc.).**
- ⊛ **Criar uma cultura da cultura.**
- ⊛ **Criar um entendimento sobre o direito à cultura e à arte.**
- ⊛ **As leis de incentivo precisam ter capilaridade nas diversas localidades do Brasil.**